

6. SOCIOLOGIA JURÍDICA

CHRISTOPHER LASCH E ANTHONY GIDDENS: DUAS REFLEXÕES ACERCA DA DEMOCRACIA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI.

MARIA JOSÉ DE REZENDE*

SUMÁRIO: Introdução – 1. Christopher Lasch: as elites e a traição da democracia – 1.1 elites, massas e democracia – 1.2 Lasch e a tentativa de desvendamento do significado da democracia na sociedade americana – 2. Anthony Giddens e a democracia dialógica – 2.1. A solidariedade social como fundamento da democracia dialógica – 3. Considerações finais – 4. Referências bibliográficas.

Introdução

Dentre os diversos pensadores que buscam refletir e compreender a sociedade atual, no que tange à questão da democracia, tendo em vista os redimensionamentos das relações sociais, no final do século XX, foram escolhidos, para a construção deste artigo, Christopher Lasch, em *A rebelião das elites e a traição da democracia* e de Anthony Giddens, em *Para além da esquerda e da direita*.

As reflexões sobre as condições sociais, econômicas, políticas e culturais da atualidade estão presentes, de modo singular e específico, no interior destas obras. Não há, necessariamente, um debate explícito entre elas, mas existem, certamente, preocupações comuns enfocadas por perspectivas distintas.

Esclarece-se que estas indagações referem-se aos países do chamado primeiro mundo e buscam compreender, dentre outras questões, os caminhos da democracia no final deste século.

1. Christopher Lasch: as elites e a traição da democracia

Logo no início de sua obra, *A rebelião das elites e a traição da democracia*, Lasch observa que uma parte significativa de seus trabalhos tem como objetivo refletir sobre o devir da democracia. Esta é, porém, uma preocupação que, segundo ele, não se restringe às investigações das ciências sociais, pois está presente na cabeça de todos aqueles (cientistas ou não) que indagam sobre o futuro das sociedades atuais.

Na sua concepção há, nos EUA, por exemplo, uma crescente perspectiva pessimista quanto às possibilidades democráticas, o que tem a ver com “o declínio das indústrias, com a conseqüente diminuição de empregos; o encolhimento da classe média; o número cada vez maior de pessoas pobres; a ascensão do índice de criminalidade; o florescente tráfico de drogas; a decadência das cidades (...). Ninguém tem uma solução plausível para esses problemas incuráveis, e quase tudo que passa por discussão política nem mesmo se refere a eles”. (Lasch, 1995: p. 11)

(*) Professora de Sociologia da UEL e Doutora em sociologia pela USP.

Um dos elementos agravadores por excelência desta situação é que, afirma Lasch, as elites se distanciaram de modo descomunal da população em geral. As classes privilegiadas tornam-se cada dia mais isoladas, no caso dos EUA, das demais classes da sociedade, o que é, indubitavelmente, uma das causas do processo crescente de invisibilidade das elites. Estas estão, segundo ele, empenhadas em criar um mundo exclusivo no qual se desenvolve, quotidianamente, diversos mecanismos de evitar qualquer relação com a sociedade a sua volta. “O caráter artificial, irreal, da nossa política reflete o seu isolamento da vida comum, junto com uma secreta convicção de que os problemas reais são insolúveis”. (Lasch, 1995: p.12)

Há, neste final do século, um processo contínuo de dismantelamento das possibilidades de democracia pois as classes privilegiadas romperam com uma ética de responsabilidade civil. O processo de isolamento das elites, bem como a sua tendência para criar um mundo exclusivo, é algo conectado inteiramente nas próprias condições de desenvolvimento do capitalismo na atualidade.

Durante todo o século XX, a teoria elitista da democracia empenhou-se em atestar a equalização entre o capitalismo e a democracia. Lasch, no entanto, mostra, nesta obra, que as condições de reprodução do capital no mundo atual implode, indiscutivelmente, esta consubstancialidade. “A mobilidade do capital e a emergência de um mercado global” podem ser tomadas como exemplo deste processo de dismantelamento das possibilidades da democracia.

“As novas elites, que incluem não só gerentes de empresas, mas todos os profissionais que produzem e manipulam informações – a alma do mercado global – são muito mais cosmopolitas ou, pelo menos, mais inquietas e migratórias, do que suas antecessoras. A prosperidade nos negócios e nas profissões, hoje em

dia, requer disposição para se deixar levar pelo canto das sereias das oportunidades, seja para onde ele nos conduzir. Quem fica em casa, priva-se da chance de ascensão.” (Lasch, 1995: p.13)

O ideal democrático sofre, na atualidade, observa Lasch, uma verdadeira erosão, tendo em vista que os pressupostos de igualdade e de liberdade estão cada vez mais restritos a uma promoção seletiva “de tudo o que não é elite à classe de profissionais e empresários”. (Lasch, 1995: p.14). O processo descrito no parágrafo anterior leva à cristalização de um corpo de valores absolutamente desconexos dos valores democráticos. A partir do momento em que estas novas elites desenvolvem uma visão turística do mundo não se pode vislumbrar qualquer dedicação, de suas partes, à causa da democracia.

Referindo-se à sociedade americana, Lasch argumenta que os slogans como diversidade, solidariedade, poder, direitos, etc., demonstram que quando se fala em democracia a referência básica passou a ser a democratização da autoestima entendida como a expressão de uma esperança melancólica “de que divisões profundas na sociedade (...) possam ser superadas pela boa-vontade e pelo discurso.” (Lasch, 1995: p.15)

Com base na idéia de realização da boa-vontade, segundo ele, seriam enteradas as possibilidades da democracia, tendo em vista que o discurso nestes termos procura enfatizar a necessidade de que minorias e grupos sociais sejam reconhecidos em função de seu sofrimento e não de suas conquistas. Ou seja, de modo sutil e às vezes até imperceptível estaria, assim, ocorrendo a inviabilização dos ideais democráticos que devem se pautar na conquista, na participação e numa igualdade que não pode ser confundida com mesmice.

“Mesmice não é igualdade, e ‘igualdade política, portanto, é exatamente o

oposto da igualdade diante da morte', diz Arendt, (...) ou da igualdade diante de Deus'. (Arendt, 1984) A igualdade política – a cidadania – iguala pessoas que, de outra forma, seriam desiguais por suas aptidões, e a universalização da cidadania deve, portanto, vir acompanhada não só pelo treinamento formal nas artes civis como por medidas destinadas a garantir a distribuição mais ampla de responsabilidades econômicas e políticas, cujo exercício é até mais importante do que o treinamento formal do ensino do bom julgamento, do discurso claro e coerente, da capacidade de decisão e da disposição em aceitar as consequências de nossas ações.” (Lasch, 1995: p. 106-7)

A pressuposição da igualdade como *mesmice* soterra os seus fundamentos desenvolvidos no século XIX, os quais não se pautavam por uma concepção sentimental de que todos são iguais. Em outros termos, a existência de direitos iguais tem que ser tomada como a base da democracia, mas isto não basta de modo algum.

Um outro dado fundamental é que nas teorias da democracia do início do século XIX, observa Lasch, a democracia supunha uma ampla distribuição da propriedade. Este elemento sofreu, na atualidade, um verdadeiro processo de implosão. Riqueza altamente concentrada e pobreza descomunal deixaram de ser consideradas fatais para a democracia. (Lasch, 1995: p. 16)

Ainda nesta mesma linha, procurando detectar quais são os pontos sombrios que atuam como elementos de desesperança nas possibilidades futuras da democracia, Christopher Lasch enfatiza a deterioração do debate público. “A democracia requer uma vigorosa troca de idéias e opiniões. Idéias, como a propriedade, precisam ser distribuídas da maneira mais ampla possível. Na era da informação, o povo americano está no-

toriamamente mal-informado. A explicação para este paradoxo é óbvia, embora raramente apresentada: tendo sido efetivamente excluídos do debate público, com base na sua incompetência, a maioria dos americanos não sabem mais o que fazer com a enorme quantidade de informações que lhes são impingidas. (...) Na ausência da conversa democrática, a maioria das pessoas não se sentem incentivadas a dominar o conhecimento que as transformaria em cidadãos capazes”. (Lasch, 1995: p. 20-1)

A ausência do debate, o abandono das instituições públicas e o isolamento dos ricos do mundo real vivido pelas grandes maiorias seriam, assim, os dados indicadores de um processo de perda paulatina da capacidade da sociedade atual, como no caso da americana, de construir a democracia. Lasch dá destaque ao isolamento das classes altas, pois, para ele, a perda de contato com a vida comum potencializa o desprezo pelas classes inferiores e o desinteresse em atuar para que haja uma sociedade em que sejam amenizadas as desigualdades sociais e políticas.

Tendo em vista que Christopher Lasch considera parte das classes altas não somente os proprietários do capital, mas também os seus administradores e os seus produtores de novas tecnologias, ele insiste em que a possibilidade de que estes últimos e todos os demais setores pensantes atuem em favor da uma sociedade democrática é basicamente nula, pois estes vivem não na realidade, mas em um “mundo simulado”, ou seja, na hiper-realidade. “No impulso de se isolarem dos riscos e das contingências – protegendo-se dos infortúnios imprevisíveis que afligem a vida humana – as classes pensantes se separaram não só do mundo comum circundante, como da própria realidade”. (Lasch, 1995: p. 30)

A democracia, segundo Lasch, só tem chance de florescer se os conflitos de

classes não forem dissimulados, ou seja, se eles forem enfrentados na esfera pública, o que é cada vez mais remoto. Tendo como base a análise da sociedade americana, ele argumenta que uma parte significativa da elite esclarecida não estaria mais voltada para a difusão de seus valores e concepções de mundo para a maioria e muito menos para a fomentação de debates públicos, isto é, esta elite estaria muito mais interessada em “criar instituições paralelas ou ‘alternativas’, onde não será mais necessário entrar em confronto com os não esclarecidos”. (Lasch, 1995: p. 30-1).

Um outro elemento destacado por este pensador em sua reflexão sobre as dificuldades da democracia no limiar do século XXI é o nível alarmante de desigualdade econômica. Há um luxo absurdo que depõe contra todo e qualquer ideal de democracia, o qual estaria se perdendo na medida em que a influência da riqueza contamina todas as esferas. “Por este motivo, uma sociedade democrática não pode permitir acúmulos ilimitados. A igualdade civil e social pressupõe pelo menos uma grosseira aproximação do que seja igualdade econômica”. (Lasch, 1995: p. 32)

1.1 Elites, massas e democracia

O título do livro *A rebelião das elites* foi dado por Lasch como primeira referência à obra de Ortega y Gasset denominada *A rebelião das massas* (ORTEGA Y Gasset, 1962). Sua argumentação visa contestar as afirmações de que a massa teria traído a democracia e demonstrar que as elites, sim, são, na atualidade, as verdadeiras ameaças aos ideais democráticos. Estas “controlam o fluxo internacional de dinheiro e as informações, presidem fundações filantrópicas e instituições de ensino superior, administram os instrumentos de produção cultural e, portanto, estabelecem os termos do debate público.” (Lasch, 1995: p. 38) Nes-

sas condições, cristaliza-se quotidianamente uma forma de domínio e de cultura que eleva os valores antidemocráticos da classe burguesa a patamares até então desconhecidos.

Os elementos que serviram de base para que inúmeros pensadores (Mosca, Pareto, Ortega y Gasset, dentre outros) sustentassem que os valores mantenedores da democracia eram inerentes à elite e, portanto, ela estaria incumbida de sua implementação, foram responsáveis por uma contínua insistência na equalização entre capitalismo e democracia. Consubstancialidade esta que deixou de ter sentido à medida que as próprias elites abandonaram os ideais democráticos à sua própria sorte. Aqueles setores que estão no topo da hierarquia social não estão, de modo algum, interessados na democracia.

Se no passado a elite econômica lutava para parecer democrática isto não é mais verdade no final do século XX. Em termos gerais, o conjunto de relações sociais demonstra que suas preocupações não se situam mais neste patamar, esta elite exige somente condições para potencialização de suas fortunas e de seus luxos. Neste caso, as falas e justificativas dos governantes de que suas ações visam manter a democracia são vazias e estereis, pois não têm conexão com o que ocorre, de fato, nas diversas esferas da sociedade.

As novas elites, principalmente as classes profissionais, que dão os novos tons ao conjunto de relações sociais estabelecidas na sociedade atual são “simultaneamente arrogantes e inseguras (e) olham as massas com um misto de desprezo e apreensão”; (Lasch, 1995: p. 41) o que teria a ver, dentre outras coisas, com um medo constante de perder o status. Mannheim já havia chamado a atenção para o fato de que grupos e/ou indivíduos nessas condições não têm como desenvolver uma mentalidade

democrática mas, ao contrário, desenvolvem uma consciência autoritária voltada para os seus interesses pessoais. Em síntese, este último cientista social afirmava que somente os que se sentem seguros são capazes de enfrentar os conflitos de modo publicizado. (Mannheim, 1972, p. 261-287)

Mas, como demonstra Lasch, as novas elites se fundam numa crescente aflição de que elas venham a ser rebaixadas na hierarquia social. Sua forma de defesa é irracional e "se expressa em toda a sua intensidade, no fanatismo religioso, na sexualidade reprimida que ocasionalmente explode em violência contra as mulheres e os gays, e num patriotismo que apóia as guerras imperialistas e uma ética nacional de masculinidade agressiva". (Lasch, 1995: p. 41) Os ideais democráticos são soterrados em tais condições tendo em vista que eles são inerentes a toda estrutura social e não somente à esfera política.

"O curso geral da história recente já não favorece o nivelamento das distinções sociais, mas aproxima-se, cada vez mais rápido, de uma sociedade biclassista em que uns poucos favorecidos monopolizam as vantagens do dinheiro, da educação e do poder". (LASCH, 1995, p.42) Através desta afirmação, Lasch estabelece uma ponte para pensar os países latino-americanos, asiáticos e africanos, nos quais as diferenças sociais assumem um caráter tão agigantado que só podem ser compreendidas levando-se em conta que as perspectivas de constituição da democracia, nestas sociedades, foram soterradas.

Os elementos indicadores da implosão dos ideais democráticos não se situam apenas no nível da atuação negativa da elite, que pode ser sintetizada no seu não-compromisso com aqueles ideais mas, também, na indiferença dos membros da não-elite com o acirramento da pobreza, da violência e do desespero de

grande parte da população. "Agora mesmo, a devastação é tão grande que a nossa única reação diante dos espetáculos de fome e miséria com as quais a mídia nos presenteia todos os dias não é tanto de indignação quanto de indiferença". (Lasch, 1995: p. 43)

As dificuldades da democracia têm a ver, para Lasch, com o desmantelamento da vida civil, o qual não está vinculado somente aos acontecimentos da esfera política, mas também às mudanças que ocorrem na esfera econômica. Estas últimas, nos chamados países em desenvolvimento, têm praticamente solapado o nível de vida das chamadas classes médias, empurrando-as não para a reação quanto às suas próprias condições, mas para uma apatia estarrecedora. Elas têm acesso à instrução e à informação, mas não se indignam contra a sua própria situação e, muito menos, contra o crescente abismo que se estabelece entre riqueza e pobreza.

Nos Estados Unidos, por exemplo, Lasch afirma que as mudanças econômicas que têm afetado a classe média são visíveis, principalmente, no desemprego e na não-possibilidade das novas gerações em adentrar no mercado de trabalho. É preciso esclarecer que o autor distingue classe média (aquela que tem um ganho anual entre 15 e 50 mil dólares por ano) e classe média alta que ele considera "o coração das novas elites profissionais e empresariais", a qual "é definida, além de sua renda em rápida ascensão, não tanto por sua ideologia quanto por um estilo de vida que a distingue, mais ou menos inequivocamente, do resto da população". (Lasch, 1995: p. 46)

Envolta em uma crescente indiferença com a possibilidade de fortalecimento da vida civil, a parte mais pobre da classe média tem em comum com a parte mais rica deste mesmo segmento social não a renda e/ou o estilo de vida, mas o não-

interesse na constituição de uma sociedade estruturalmente democrática. Os seus apoios a discursos políticos vazios e estéreis sobre a democracia revelam uma não-disponibilidade por parte deste estrato social de se ocupar em construir espaços por onde deveria fluir a publicização das relações sociais.

Todos os caminhos trilhados pelos diversos segmentos da classe média são buscas de saídas individuais para si e para os seus filhos que estudam em escolas privadas tão caras quanto os pais podem pagar. Referindo-se aos EUA, Lasch argumenta que “a um grau alarmante, as classes privilegiadas – amplamente definidas como os 20% do topo – se tornaram independentes não só das cidades industriais decadentes, mas também dos serviços públicos em geral. Enviam seus filhos para escolas particulares, protegem-se de emergências médicas ingressando em planos de saúde sustentados pelas empresas e contratam guardas de segurança privada para protegê-los da crescente violência que as ameaça. Na verdade, afastaram-se da vida comum.” (Lasch, 1995: p. 59)

O afastamento da vida comum é, para Christopher Lasch, o sintoma mais importante do diagnóstico de que há uma enorme ausência de qualquer interesse, por parte das elites, na constituição de uma sociedade democrática. O abismo entre as classes políticas e as pessoas comuns e entre estas últimas e as elites empresariais e profissionais produz e reproduz, quotidianamente, as condições do distanciamento e da ausência mencionados acima.

A classe média alta, por exemplo, luta para “manter a ilusão de que seu poder se apóia na inteligência apenas” (Lasch, 1995: p. 53). Isto é um dado essencial para se compreender a sua posição na sociedade, ou seja, “ela se considera uma elite que se fez por si própria e deve seus privilégios exclusivamente aos seus

esforços”, (Lasch, 1995: p. 53) portanto, seu compromisso é consigo mesma e a sua própria compensação é um estilo de vida o mais luxuoso possível.

“O luxo é moralmente repugnante, e sua incompatibilidade com os ideais democráticos, mais do que isso, tem sido coerentemente reconhecido nas tradições que moldam a nossa cultura política”. (Lasch, 1995: p. 32)

Os hábitos mentais das novas elites depõem contra as possibilidades da democracia à medida que ela não se considera, nem um pouco, responsável pela sociedade em que está inserida, ou seja, todos os méritos de sucesso e ascensão são seus e desconexos da vida social. Inseridas numa economia em que ter méritos é sinônimo de compulsão por produzir, assiste-se, cada vez mais fortificado, ao florescimento de uma atitude mental confluyente com o sistema capitalista atual.

As novas elites não se sentem, deste modo, comprometidas com a melhoria das condições de vida, de educação e de segurança de seus países. Ela luta, na verdade, para se desvencilhar de toda e qualquer obrigação que a cidadania impõe. Estaria aí a explicação para a sua ira contra os serviços públicos e seu empenho na construção de suas cidades fechadas, por exemplo. Em síntese, ela não se incomoda em gastar mais e mais em escola, segurança e saúde, mas luta freneticamente para se livrar de pagamentos de impostos que deveriam ser convertidos em bens para a sociedade como um todo.

1.2 Lasch e a tentativa de desvendamento do significado da democracia na sociedade americana

Segundo C. Lasch, a democracia sempre foi definida pelos americanos que constróem a opinião pública em termos de possibilidade de ascensão social.

Nestes termos, o que estaria na base desta democracia que se equalizava ao consumo era o sonho de mobilidade social.¹ Em termos gerais, a sociedade americana era divulgada como democrática essencialmente por esta oportunidade oferecida aos seus membros.

Mas a perspectiva de mobilidade social, no limiar do século XXI, está em franca deterioração. Ou seja, a ilusão estaria se desfazendo tendo em vista que o próprio modo de organização da vida social torna as expectativas de melhorias, para a maioria da população, menos promissoras. As dificuldades do ideal americano de democracia parece evidente, pois este ideal associa-se ao conceito de mobilidade que, por sua vez, mostra-se cada vez mais enredado pela realidade sócio econômica em vigor.

A democracia americana sempre esteve consubstanciada, segundo Lasch, à idéia de que a chance de vencer era incontestável no país. Numa espécie de terra prometida, a possibilidade de ascensão social apareceu sempre como elemento indicador de que a democracia prevalecia na América. No entanto, faz-

se necessário questionar quais os rumos que esta perspectiva de democracia tomaria na sociedade americana, tendo em vista o encolhimento da classe média.

"A classe média generosamente definida como aquele grupo de pessoas cujas rendas variam de US\$15 mil a US\$ 50 mil por ano, declinou de 65% da população, em 1970, para 58%, em 1985. Estes números transmitem apenas a impressão parcial, imperfeita, das mudanças significativas que vêm ocorrendo num espaço de tempo notavelmente curto. O crescimento constante do desemprego, incluindo agora também os trabalhadores de colarinho branco, é mais revelador." (Lasch, 1995: p. 44)

O modo de estruturação da organização social, no mundo contemporâneo, seria indicador de um novo processo de hierarquização, em que 20% da população ganha paulatinamente mais e mais *status* e riqueza e os 80% restantes enfrentam a perda constante de posição na pirâmide social. E por que este é um dado essencial para se pensar as dificuldades da democracia na América atual?

Em termos gerais, toda argumentação de Lasch está centrada na convicção de que os ideais democráticos dos americanos se formaram menos pelo exercício da cidadania e mais pelo processo de identificação da mobilidade social com a democracia, o que esclareceria a fragilidade desta última diante de uma realidade que passa a refrear, não em um âmbito conjuntural, mas estrutural, as possibilidades de ascensão.

A concepção americana de democracia associada à mobilidade tem fundamento, segundo Lasch, bastante anterior a nossa era. Ou seja, os escritos de Jefferson, por exemplo, plantaram as bases para o desenvolvimento deste ideário de democracia na medida em que a "essência da democracia jeffersoniana, (...), era a determinação de substituir uma aristocracia da riqueza por uma

(1) Segundo Jean Baudrillard, na atualidade, "o princípio democrático acha-se então transferido de uma igualdade real, das capacidades, responsabilidades e possibilidades sociais, da felicidade (no sentido pleno da palavra) para a igualdade diante do objeto e outros signos evidentes do êxito social e da felicidade. É a democracia do 'standing', a democracia da TV, do automóvel e da instalação estereofônica, da democracia aparentemente concreta, mas também inteiramente formal, correspondendo para lá das contradições e desigualdades sociais à democracia formal inscrita na constituição. Servindo uma à outra de mútuo alibi, ambas se conjugam numa ideologia democrática global, que mascara a democracia ausente e a igualdade impossível de achar".

Baudrillard, J. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro, Elfos, 1995. p.48.

aristocracia do talento, e não de enfraquecer o próprio princípio de aristocracia". (Lasch, 1995: p. 91)

Perspectivas desta natureza teriam propiciado, então, a sedimentação de um ideário de democracia pautado não no exercício da cidadania, mas na mobilidade social, a qual seria alcançada pelo talento que deveria ser entendido como um fator de distribuição de poder e de privilégios. A "visão mesquinha de democracia" que toma forma na época atual guardaria uma estreita relação com o enaltecimento da idéia de oportunidade, cristalizada na cultura americana, fundada em méritos e talentos.

No que tange à possibilidade da democracia, existem dois caminhos que podem ser seguidos: aquele que se pauta no desenvolvimento geral das potencialidades e/ou das virtudes, portanto, atinge todos os membros da sociedade e aquele que se empenha na criação das condições para a renovação constante do "recrutamento mais amplo das elites." (Lasch, 1995: p. 96) Os Estados Unidos teriam escolhido, indiscutivelmente, o segundo caminho, pois "identificou oportunidade como mobilidade ascendente e fez da mobilidade ascendente a meta maior da política social. (...) Este conceito pateticamente limitado de oportunidade penetrou profundamente no debate público." (Lasch, 1995: p. 96)

Em termos gerais, o autor procura demonstrar que o modo de organização social fundado em valores pouco altruístas fincados em princípios de ascensão dos mais aptos e talentosos é "a antítese da democracia", pois o exercício da cidadania exige um compromisso público para que a melhoria das condições sociais atinja a todos indistintamente.

A construção de uma civilização democrática ainda não se realizou, de fato, afirma Lasch, pois esta implicaria a criação de mentalidades, personalidades, comportamentos e modos de ação social

não-pautados em interesses pessoais e/ou fundados em mera tolerância. Esta última, tão em voga na atualidade, não pode ser tomada como sinônimo de democracia, uma vez que ela tem desembocado, sempre, em indiferença, a qual é um dos maiores empecilhos à democracia no mundo contemporâneo.

É preciso romper com a crença de que as instituições formalmente democráticas garantem, por si só, a democracia. As virtudes civis, por exemplo, são dispensáveis, segundo os liberais. Equivocadamente, eles pensam que são as "instituições liberais, e não o caráter dos cidadãos, que fazem a democracia funcionar." (Lasch, 1995: p. 103)

"O reconhecimento de direitos iguais é uma condição necessária, mas insuficiente para a cidadania democrática. (...) Por isso é um erro basear a defesa da democracia na ilusão sentimental de que todas as pessoas são iguais. De fato, as pessoas não são iguais no que se refere às suas aptidões (...)." Portanto, a "democracia exige também uma ética mais fortalecedora do que a tolerância. A tolerância é uma coisa boa, mas é apenas o ponto de partida da democracia, não o seu destino. Na nossa época a democracia está sendo ameaçada mais seriamente pela indiferença do que pela intolerância (...)." (Lasch, 1995: p. 107)

A indiferença, o cinismo e a apatia reinantes na sociedade atual tornam possível que ocorra um processo de simulação da idéia de democracia que tem fundamento na simulação da realidade. Ou seja, para Lasch, não somente as várias concepções de democracia são simuladas, mas também a própria realidade. Ou seja, as elites falantes habitam um mundo artificial que não é o mesmo mundo dos figurantes mudos, daí que "as simulações da realidade substituem o que é real". (Lasch, 1995: p. 97)

Todo discurso político, por exemplo, é construído a partir de uma imagem da

realidade que é fabricada por uma rede de relações, em que a mídia desempenha um papel fundamental. As pressuposições em torno da democracia estão geralmente fundadas neste simulacro, portanto, não podem expressar, de fato, conexão com as condições sociais vigentes na atualidade.

2. Anthony Giddens e a democracia dialógica

Giddens, em “Duas teorias de democratização”, publicado em *Para além da esquerda e da direita*, argumenta que a atualidade é marcada por uma espécie de paixão generalizadora pela democracia. Esta última ganhou uma enorme popularidade inclusive entre os pensadores políticos que se mantiveram distante dela por um longo período de tempo. Uma parte dos socialistas revolucionários podem ser citados como exemplo, bem como alguns neoliberais que mesmo não acreditando nas instituições formais estariam, na atualidade empenhados na defesa da democracia.²

Giddens, antes de apresentar a sua compreensão das possibilidades da democracia no mundo atual, faz uma reflexão sobre a perspectiva que vê na atualidade uma tendência geral para a democratização. Ele estabelece um diálogo crítico com essas posições que remetem a democracia para patamares desumanizados e tenta resgatar a idéia de humanização e solidariedade como o fundamento de possível expansão do ideário de democracia.

Francis Fukuyama, representante máximo da ortodoxia liberal atual, defende, segundo Giddens, que a universalização da democracia na atualidade se deve,

basicamente, ao fato de que esta foi a única saída que sobrou para a humanidade, tendo em vista que todas as demais tentativas – o fascismo, o comunismo e os governos militares – fracassaram. Para essa vertente, “a democracia liberal, associada ao capitalismo na esfera econômica é o que restou. (...) (E é) ‘o ponto final da evolução ideológica da humanidade’ e a ‘forma final de governo humano’” (Giddens: 1996, p. 122)

A relação entre liberalismo, democracia e capitalismo é desprovida de qualquer tensão: este não pode ser concebido sem aquela afirma Fukuyama, para quem “combinada com o capitalismo, a democracia liberal cria grande abundância material; no entanto, o que motiva a democratização não é a riqueza mas ‘o fim completamente não material do reconhecimento de nossa liberdade. A democracia liberal reconhece todos os seres humanos ‘ao conceder e proteger seus direitos’. A democracia liberal e o capitalismo estão ligados um ao outro porque o desenvolvimento econômico amplia as condições de autonomia individual”. (Giddens, 1996: p. 124)

Giddens esclarece que há em Fukuyama algo que ele endossa, ou seja, o modo deste último conceber a difusão da democracia não como “busca de interesses pessoais nos mercados competitivos”, mas sim como o desenvolvimento de um “desejo de autonomia e respeito”. No entanto, há uma dificuldade explícita nesta perspectiva endossada por Giddens tendo em vista que a ligação entre a democracia e o capitalismo feita por Fukuyama pressupõe a conciliação entre a busca de respeito mútuo e “acumulação sem fim”.

A acumulação sem fim é inconciliável com respeito mútuo. Acumulação sem fim, consumo sem fim e indiferença sem fim dão o tom da sociedade capitalista atual. Por isso, é incompreensível o endosso de Giddens, mesmo que somente

(2) Giddens procura separar os liberais ortodoxos dos neoliberais. Para ele, são duas concepções diferentes em torno da política e da democracia.

a esta tese de Fukuyama, de que a universalização da associação entre capitalismo e democracia tem origem, também na atualidade, no desejo de respeito e de autonomia. (Fukuyama: 1992)

E por que é incompreensível? Basta dizer que o autor que preconiza o fim da história busca sempre formas de provar que há uma indiscutível consubstancialidade entre capitalismo e democracia, concebendo esta última como resultado do processo de desenvolvimento do primeiro. Fukuyama supõe, assim, uma equalização entre acumulação e respeito mútuo.

A ausência de críticas ao capitalismo e ao seu processo de acumulação leva à concepção de que somente este é capaz de produzir uma sociedade democrática no presente e no futuro. Sua tese de que a democracia vigente nas sociedades capitalistas de hoje tem como fundamento o compromisso com os pressupostos de respeito mútuo é, no entanto, inconcebível se forem levados em conta os argumentos, amplamente discutidos anteriormente, de Christopher Lasch.

Anthony Giddens propõe-se a expor uma proposta diferente da ortodoxia liberal em torno das possibilidades de democratização das sociedades atuais. Ele concorda que a democracia liberal estaria tornando-se generalizada, mas é necessário desvendar as tensões a que ela está sujeita. Ou seja, hoje o processo de globalização que envolve a rápida expansão da comunicação eletrônica instantânea potencializa, segundo Giddens, as chances da democracia liberal, mas também as colocam sob uma enorme pressão. (Giddens, 1996: p. 128)

“Os processos de democratização são hoje impulsionados pela expansão da reflexividade social e pela destradiconalização. Com o avanço da reflexividade, a ‘fraqueza dos Estados fortes’ pode ser entendida como tendo pouco a ver com os Estados fortes especificamente.

Os processos de mudança local e global afetam todos os Estados, não necessariamente enfraquecendo-os de maneira unilateral, mas alterando o *status* do domínio político formal.

“Muitas mudanças mais importantes que afetam as vidas das pessoas atualmente não se originam na esfera política formal e podem apenas em parte ser enfrentadas por ela. Este é o tema crucial deste livro. Tais mudanças formam as revoluções sociais de nosso tempo. (...) Elas exigem, e de certa forma representam, os processos de democratização, mas essas influências e pressões democratizadoras atravessam a arena política e desestabilizam o sistema democrático liberal tanto quanto o consolidam” (Giddens, 1996: p.128).

Implicitamente, Giddens recupera alguns elementos presentes na teoria da democracia de Sartori e de Lipset, segundo os quais a democracia liberal cria nos indivíduos uma apatia positiva com relação às instituições políticas (Sartori, 1965; Lipset, 1967). Ou seja, ele afirma que há uma liberação dos grupos e pessoas da esfera política, o que seria provocado pelas instituições democráticas liberais. Mas isto não é, definitivamente, a saída para criação da estabilidade política, tendo em vista que, na atualidade, ocorreria um paradoxo, pois esta mesma população liberada da esfera política encontra-se muito bem informada sobre esta última e, neste caso ocorre um processo de tensão entre consolidação e desestabilização, ao mesmo tempo, dos sistemas democráticos liberais em vigor, especialmente no chamado primeiro mundo.³

(3) “A democracia liberal, admito, concordando com Weber e Bobbio, é basicamente um sistema de representação. É uma forma de governo caracterizada por eleições regulares, sufrágio universal, liberdade de consciência e pelo direito

Giddens argumenta que a generalização da democracia liberal é dado essencialmente importante na atualidade. Seria uma espécie de pré-condição para o desenvolvimento do que ele denomina de democracia dialógica que “não é uma extensão da democracia liberal ou até mesmo um complemento para ela; no entanto, à medida que avança, ela cria formas de intercâmbio social que podem contribuir substancialmente, talvez até mesmo decisivamente, para a reconstrução da solidariedade social. A democracia dialógica não significa primordialmente a proliferação de direitos ou a representação de interesses. Em vez disso, ela se ocupa da promoção de cosmopolitismo cultural e é uma peça fundamental daquela ligação entre autonomia e solidariedade (...).” (Giddens, 1996: p. 130)

Giddens não situa, deste modo, a democracia no âmbito do Estado, no entanto, os mecanismos que devem ser colocados em prática para realização desta democracia dialógica têm de contar com as esferas que já estariam democratizadas pelas instituições liberais. A globalização não é vista, então, como empecilho deste processo, mas pelo contrário, como uma forma de incentivo para realizar a democratização da própria democracia liberal, segundo ele.

A democracia liberal é, assim, o ponto de partida da democracia dialógica que somente é possível tendo em vista o alto grau de reflexividade social existente na sociedade atual. Observe-se que Giddens tem como referência a sociedade européia, mais especificamente a inglesa. Como reflexividade social, este autor compreende o processo de acesso, filtragem e conhecimento de inúmeras informações. “O crescimento da reflexi-

vidade social é um fator fundamental que introduz um deslocamento entre o conhecimento e o controle – uma fonte primária de incerteza artificial”. (Giddens, 1996: p. 15)

Por que a reflexividade social conduziria à democracia dialógica? Num mundo de incerteza artificial, os indivíduos são impulsionados, segundo Giddens, a se informarem cada vez mais sobre os elementos que influenciam as suas vidas, as pessoas são obrigadas a se engajarem no mundo em que vivem e ao fazerem isto, elas transformam as informações produzidas por especialistas ao filtrá-las e reinterpretá-las dentro do contexto de suas vidas cotidianas. (Giddens, 1996: p. 15) Isto levaria à democracia dialógica na medida em que a única saída passa a ser o diálogo, o qual é “o meio não só de resolver as disputas, mas também de criar uma atmosfera de tolerância mútua”. (Giddens, 1996: p. 137)

E de que modo o diálogo se abre no sentido da discussão pública? O alto grau de informação reelaborada possibilitaria aos diversos grupos sociais realizarem o que Giddens chama de política gerativa, a qual “existe no espaço que liga o Estado à mobilização reflexiva na sociedade em geral” na medida em que “é uma política que busca permitir aos indivíduos e grupos fazerem as coisas acontecer, e não esperar que as coisas lhes aconteçam, no contexto de preocupações e objetivos sociais totais. A política gerativa é uma defesa da política do domínio público, mas ela não se situa na velha oposição entre Estado e mercado”. (Giddens, 1996: p. 23)

Anthony Giddens considera que o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais reflexiva conduziria a ordem social a um grau de liberdade até então desconhecido, à medida que as pessoas e grupos mapeiam as suas possibilidades fora do domínio político formal, ou seja,

universal de candidatar-se a um cargo ou de formar associações políticas.” Giddens, 1996: p. 129.

mediante de um amplo processo de comunicação que moldará a própria esfera da política. Ele alerta, no entanto, que sua proposta não se assemelha em nada com a de Habermas para quem a democratização está “de alguma forma implicada pelo próprio ato de fala ou pelo diálogo. O potencial para a democracia dialógica está (...) na difusão da reflexividade social como uma condição tanto das atividades diárias como da persistência de formas mais amplas de organização coletiva”. (Giddens, 1996: p. 133)

A democracia dialógica não é, de modo algum, afirma o cientista social britânico, sinônimo de busca de consenso, mas sim de conquista de uma ampla tolerância mútua que embasaria uma luta constante contra todos os modos de fundamentalismos que estão presentes na sociedade contemporânea. Observe-se que na primeira parte deste artigo ficou demonstrado que, para Christopher Lasch, não é de modo algum a intolerância que inviabiliza a democracia na sociedade atual, mas sim a indiferença, a qual Giddens não considera um elemento importante em sua análise da democratização.

A democracia dialógica, apresentada como a saída possível para as sociedades que desenvolveram a democracia liberal em todas as suas potencialidades, teria como fundamento a democratização da vida pessoal, uma espécie de democracia emocional que se efetivaria na medida em que os indivíduos como pais, filhos, esposas, esposos, etc. estabeleceriam uma relação pautada no sentimento de igualdade e de “autoridade reciprocamente negociada”, formando-se, assim, a base para se efetivar uma democracia no âmbito da vida pública.

Dois outros espaços considerados básicos no processo de constituição da democracia dialógica seriam os movimentos sociais e os grupos de auto-

ajuda, segundo Giddens. O crescimento destes dois ajudariam a plantar as bases de desenvolvimento do tipo de democracia por ele defendido. É interessante observar, no entanto, que em sua opinião os grupos de auto-ajuda são mais importantes do que os movimentos sociais na constituição de uma forma de vida pautada no diálogo e na tolerância.

Os movimentos sociais podem se constituir em um elemento significativo da democracia dialógica, mas podem também ser a sua antítese, pois as lideranças demagógicas que, às vezes, conduzem-nos, criam “uma identidade emocional de massas” que minam toda e qualquer possibilidade de democratização das relações sociais. No entanto, na maioria dos casos, tanto esses movimentos quanto os grupos de ajuda se mostram eficientes no processo de construção de espaços para um diálogo publicizado. Giddens cita os movimentos feministas que conseguiram trazer para o espaço público questões antes encerradas no espaço privado, como por exemplo, “as identidades sexuais feminina e masculina”. (Giddens, 1996: p. 138)

Observe-se que a análise de Giddens não se situa no âmbito da possibilidade de constituição de atores sociais capazes de balizar a ação do outro na arena política, mas sim de localizar as áreas subpolíticas que seriam responsáveis pela democratização da vida pessoal e/ou emocional. As dificuldades da democracia no âmbito da política formal só serão superadas a partir da atuação dos indivíduos e grupos nestas áreas subpolíticas. Noutras palavras, estas últimas constituem, então, o ponto de partida da democracia dialógica.

As pressuposições de Giddens acerca da democracia dialógica encontram-se mais fragilizadas nas suas discussões sobre a arena organizacional. Neste caso, a reflexão em torno da globalização e da reflexividade social ganha proeminên-

cia, no entanto, sua tese básica é a de que há uma tendência mundial no sentido da descentralização do sistema de autoridade e direção dos grandes grupos econômicos. E isto seria o dado central que indicaria para a constituição de um processo de democratização da democracia liberal.

“Uma organização pós-burocrática pode tanto aproveitar a reflexividade social como reagir a situações de incerteza artificial de maneira muito mais eficiente do que um sistema de comando. As organizações estruturadas em termos de confiança ativa necessariamente delegam responsabilidade e dependem de um espaço dialógico ampliado” (Giddens, 1996: p. 141). As discussões postas nestes termos não possibilitam o entendimento de como este processo se daria, pois estas esferas organizacionais são, indubitavelmente, as mais difíceis de democratizar.

O último elemento destacado por Giddens como essencial na criação das condições para o desenvolvimento da democracia dialógica é a relação entre globalização e reflexividade social. A conexão entre elas ocorre porque inúmeros aspectos daquela primeira não se realizam através do Estado-nação, “mas em grande parte desviam-se deles”. (Giddens, 1996: p. 141)

“É possível, e na verdade provável, que formas de democracia representativa paralelas às estabelecidas dentro dos Estados possam vir a existir globalmente. Dessa forma, o modelo de Held (HELD, 1991) de democracia cosmopolita envolve o estabelecimento de parlamentos regionais abrangendo continentes inteiros e respondendo à autoridade final das Nações Unidas. No entanto, sem um progresso da democracia dialógica, essas organizações tornar-se-iam sujeitas às mesmas limitações dos sistemas democráticos liberais baseados no Estado. Em um nível global, a demo-

cratização dialógica implicaria a democratização da democracia, mas também a difusão de outros mecanismos dialógicos.” (Giddens, 1996: p. 141)

2.1 A solidariedade social como fundamento da democracia dialógica

Giddens não está supondo que a democracia dialógica seja uma realidade, mas sim uma possibilidade tendo em vista as condições sociais vigentes na atualidade. De modo bastante otimista ele procura os seus germes e suas potencialidades, principalmente, nas esferas subpolíticas e organizacionais visando pôr em relevo os indicadores de que a sociedade atual estaria construindo novas formas de solidariedade social que seriam os fundamentos da democracia dialógica.

O modo de organização da política formal não tem conseguido resolver as ameaças constantes de desintegração social. Alguns cientistas sociais têm defendido, segundo Giddens, modos de restauração da sociedade civil e da comunidade como um modo possível de restaurar as solidariedades. Os problemas sociais assumem, no entanto, na atualidade, dimensões novas que não podem, afirma ele, ser resolvidos por arranjos impossíveis. “A comunidade é inseparável da tradição; no entanto, (...) não podemos voltar à tradição para resolver os atuais problemas sociais. (...) Segue-se que também não podemos voltar à sociedade civil (...). Isso porque, da maneira como é usualmente entendida, a sociedade civil foi o produto de arranjos sociais que não mais existem”. (Giddens, 1996: p. 144)

Toda sua proposição visa compreender os novos arranjos sociais, o que ele tem feito não somente em *Para além da esquerda e da direita*, mas também em trabalhos anteriores como *As consequências da modernidade* (Giddens, 1991) e

A transformação da intimidade. (Giddens, 1993). Um de seus objetivos primordiais é desvendar o modo de estruturação das relações sociais na sociedade moderna e, a partir delas, extrair os traços que indicam possibilidades de reinvenção da democracia.

Em sua perspectiva, as sociedades atuais, dada a reflexividade, por exemplo, possuem condições de estabelecer novas formas de interação social e de solidariedade. É visível, porém, que há mais facilidade em justificar essa sua posição nas áreas da vida pessoal do que na esfera pública, tendo em vista que é aquele primeiro um espaço mais propício para a geração de um tipo de solidariedade pautada em uma “comunicação emocional positiva”. Portanto, as mudanças na política atual dependem, fundamentalmente, da democratização da vida pessoal, pois é ela a geradora, por excelência, da solidariedade que produzirá formas de interagir que levarão às reformas necessárias no campo das instituições públicas, argumenta Giddens.

“Nas outras áreas mencionadas – sistemas abstratos, o Estado e interconexões mais globais – os meios de desenvolver confiança ativa têm de ser diferentes. A visibilidade e a responsabilidade são os temas orientadores nesses contextos, mas organizados de maneiras um tanto contrastantes em cada área. (...) O cosmopolitismo, como um estado de espírito e como um fenômeno institucionalizado, é o elo entre a democratização da democracia dentro do Estado e formas mais globais de interação entre os Estados e outras organizações”. (Giddens, 1996: p. 150)

3. Considerações finais

As reflexões de Lasch e Giddens sobre a democracia no limiar do século XXI expressam tentativas de precisar o modo de encaminhamento das socieda-

des capitalistas desenvolvidas no que tange às suas relações econômicas, políticas, sociais e culturais. O modo de apropriação da realidade é distinto entre eles mas é possível identificar alguns pontos convergentes entre ambos. Talvez o elemento mais marcante que aproxima os dois pensadores sejam as considerações de que a democracia não pode, de forma alguma, ter futuro se for pensada somente no âmbito da política formal.

As diversas esferas da vida social têm que ser levadas em conta para se refletir sobre as possibilidades e as impossibilidades da democracia na atualidade. Os dois cientistas insistem, contundentemente, em que toda estrutura social tem que ser levada em consideração para pensar a democracia e não apenas o espaço da política institucionalizada que, segundo Lasch, está se afastando, cada vez mais, dos problemas reais da sociedade atual.

Observe-se, em primeiro lugar, que Lasch é mais pessimista do que Giddens em relação ao futuro da democracia. Ao passo em que o primeiro pontua exaustivamente todos os aspectos que seriam, na atualidade, focos de implosão do ideário de democracia, o segundo procura, por sua vez, onde se escondem os germes da possibilidade de que a humanidade capitalista desenvolvida, principalmente, prossiga lutando pelo aperfeiçoamento da democracia liberal.

Lasch, através de sua análise, demonstra que os ideais e valores democráticos pautados na liberdade e na igualdade, nos moldes de Montesquieu e Rousseau, foram abandonados e traídos pelas elites atuais; Giddens, por sua vez, considera que este ideário foi preservado pela democracia liberal e é, exatamente, a partir dele que há a possibilidade de desenvolvimento da democracia dialógica.

O ponto de partida das discussões dos dois autores analisados é diferente, o que permite que os dois cheguem a conclu-

sões também distintas. Christopher Lasch, por exemplo, prioriza as elites para demonstrar como as suas ações apontam para um não-interesse absoluto para com o futuro da democracia e da própria humanidade. Voltadas essencialmente para o consumo supérfluo e para as suas realizações pessoais dentre as quais está o apego a um padrão de vida que as distingue dos demais grupos da sociedade, as elites passam a viver isoladamente ou seja, separadas da vida comum.

Estes elementos não ganham nas teorizações de Giddens qualquer relevância. Ele se apresenta muito mais voltado para a priorização da existência de uma reflexividade social que permite aos indivíduos e grupos a obtenção de um número cada vez maior de informações não somente sobre a política mas também sobre todas as questões que afetam diretamente a sua vida. Ao passo que para Lasch a população tem recebido uma grande carga de informação cuja utilidade ela desconhece, o alto fluxo de informação possibilitará, segundo Giddens, aos indivíduos e grupos, estabelecerem uma comunicabilidade maior e, portanto, um diálogo que avançará para dentro das fronteiras tanto das áreas políticas como das subpolíticas. E esta comunicação é um fator de reinvenção da democracia no século vindouro.

Anthony Giddens insiste em que esta comunicabilidade positiva altera a vida pessoal, democratizando-a na medida em que torna os indivíduos mais tolerantes e menos propensos a apoiar qualquer tipo de fundamentalismo. Lasch, no entanto, considera que a intolerância é muito menos ameaçadora à democracia do que a indiferença que reina total e absoluta nas sociedades atuais. Tolerância, argumenta ele, não é sinônimo de democracia. Constitui, no máximo, um ponto de partida que pode levar somente à democratização da auto-estima.

Um outro dado que distingue as duas perspectivas aqui analisadas refere-se ao

modo de abordagem da relação entre democracia e desigualdade social. Para Lasch este é, indiscutivelmente, o dado essencial na determinação das dificuldades da democracia atual. Ou seja, a concentração da riqueza e da pobreza levaria à formação de uma sociedade biclassista, em que um grupo cada vez mais restrito (os ricos, por exemplo) se isolaria da vida comum criando as suas cidades fechadas, os seus sistemas de segurança e de saúde, etc. Os demais segmentos da sociedade passariam cada vez mais por um processo de empobrecimento com um nível de desemprego que atingiria inclusive os trabalhadores de colarinho branco. E ele não vê, nestes estratos, indícios de uma ação coletiva que conduza à democracia.

Anthony Giddens dedica-se menos à questão das desigualdades sociais para pensar a problemática da democracia dialógica. Para ele, esta última não tem poder de dissipar as desigualdades. "O diálogo não depende de igualdade material, mas ele pressupõe que os recursos diferenciais não sejam usados para evitar a expressão de idéias ou para tornar drasticamente oblíquas as condições de intercâmbio dialógico". (GIDDENS, 1996, p.151)

Finalizando estas considerações, seria importante destacar que os dois cientistas analisados neste artigo percebem as relações sociais de modo singular. Basta observar nas argumentações de Lasch que as pressuposições da política formal sobre a democracia são vazias, ou melhor, desconectadas da vida real. Giddens, no entanto, procura esmiuçar os feitos da democracia liberal para sugerir que ela teria formado as bases da democracia dialógica.

4. Referências Bibliográficas

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

- BUDRILLARO, J. *A Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- FUKUYAMA, F. *The end of history and the last man*. London: Hamilton, 1992
- GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 1996.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Unesp, 1993.
- HELD, D. A democracia, o Estado-nação e o sistema global. *Lua Nova*, São Paulo, Cedec, n.23, fev. 1991.
- LASCH, C. *A rebelião das elites e a traição da democracia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.
- LIPSET, S. M. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MANNHEIM, K. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972
- ORTEGA Y GASSET, J. *A rebelião das massas*. Rio de Janeiro: Ibero Americano, 1962.
- SARTORI, G. *Teoria democrática*. Lisboa: Fundo de Cultura, 1965.